

**JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.**

PROCESSO: 2017/036488  
RECORRENTE: JOSE PEDRO CALDAS  
RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA - SIT  
AUTO DE INFRAÇÃO: E055000608

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

**ACÓRDÃO JARI Nº**

**EMENTA:** Multa por infração ao Art. 162, I do CTB: "Dirigir veículo sem possuir CNH/PPD/ACC". Arquivamento do AIT que se impõe por inobservância do prazo máximo de trinta dias, para expedição da notificação de autuação. Art. 281, II do CTB e Art. 4º da Resolução 619/16 –CONTRAN. Recurso Conhecido e Provido.

**Relatório**

Trata-se o presente, de Recurso interposto pelo proprietário legal, em oposição ao rigor do **Art. 162, I do CTB, "Dirigir veículo sem possuir CNH/PPD/ACC", na data de 02/07/2014, na Rod. BA878, Km 18,933(...)**, na cidade de Saubara. O Recorrente argui que "que tomou conhecimento da infração quase 03(três) anos depois do seu cometimento. O Recorrente junta a documentação obrigatória e necessária à apreciação de suas argumentações. O presente processo encontra-se Instruído com cópia do espelho do Auto de Infração de Trânsito (AIT), do Relatório de Notificação AR – Digital e do Relatório de Auto de Infração -Extrato, cópia do auto de infração de trânsito, pelo que coube-me, por distribuição, a análise e relatoria do recurso. É o relatório.

**Voto**

Superadas as questões de Ordem Processuais, no que pertine a tempestividade e a capacidade postulatória. Verifico que as razões recursais NÃO atendem aos interesses legais da recorrente no que se refere à notificação de infração de trânsito –NAI, uma vez que a legislação de trânsito vigente, nada dispõe sobre prazo para o recebimento de notificações de infrações e sim, sobre a expedição da mesma.

Dito isto, da análise do Relatório de Auto de Infração-Extrato, percebe-se que a NAI fora expedida em **06/02/2017**, ou seja, 02 anos e 7 meses, após o ato infracional e lavratura do auto de infração de trânsito. Não observando desta forma, o disposto no Art. 4º da Resolução 619/16-CONTRAN., vigente a época, vejamos:

Art. 4º - À exceção do disposto no § 5º do artigo anterior, após a verificação da regularidade e da consistência do Auto de Infração de Trânsito, **a autoridade de trânsito expedirá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do cometimento da infração**, a Notificação da Autuação dirigida ao proprietário do veículo, na qual deverão constar os dados mínimos definidos no art. 280 do CTB. **(Resolução 619/16-CONTRAN)-(grifo nosso)**

Isto posto, agindo discricionariamente, e em estrita observância aos Princípios Administrativos da Legalidade e da Autotutela, se impõe o acolhimento das razões recursais, em razão, unicamente, à inobservância do que dispõe a Resolução 619/16 –CONTRAN, em seu Art. 4º, face à devolução de toda a matéria de direito em razão do manejo de sua irresignação de forma tempestiva a esta JUNTA, em face da evidente irregularidade quando da primeira autuação.

Diante do emanado pelo **artigo 281, inciso I, do CTB**, VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, dando-o por **PROVIDO**, **pelas razões aqui apontadas, julgando o Registro do Auto de Infração nº. E055000608, lavrado contra JOSE PEDRO CALDAS, insubsistente, determinando o seu arquivamento.**

Ficam as demais alegações afastadas seja pela ausência de provas e/ou por faltar previsão legal.

**Resolução**

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, dando-o por **PROVIDO, julgando insubsistente** o Auto de Infração de nº. **E055000608**, determinando o seu arquivamento, pelas razões de direito aqui expostas.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 29 de setembro de 2020

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Presidente- Relator

Aldalice Amorim dos Santos – Membro Titular/ SIT

José Anibal Cerqueira de Moura Fe – Membro Suplente em exercício – FETRABASE

Maria Fernanda A. Cunha – Secretária da JARI